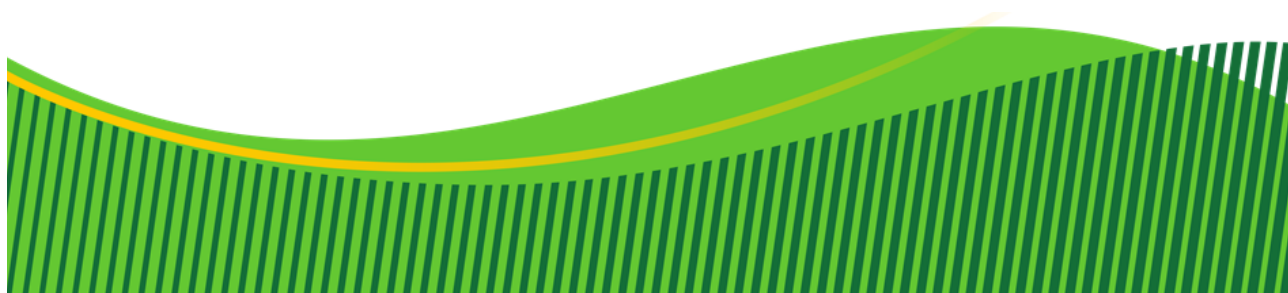


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO
Juina - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado (i)	Realizado
Associados	57.500	52.915
Carteira de Crédito *	467.306	281.728
Depósitos	315.000	260.077
Patrimônio Líquido	233.964	223.575
Capital	120.039	107.301
Resultado Antes das Destinações	17.409	16.126
Rentabilidade do PL	7,44%	7,21%

(i) Dados estimados e realizados para o mês de maio de 2017, último mês de projeção.

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	559.587	532.748	CIRCULANTE	282.904	257.308
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.378	7.728	DEPÓSITOS (NOTA 11)	164.151	126.054
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	267.422	225.295	Depósitos à Vista	161.231	120.253
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	26	123	Depósitos Interfinanceiros	-	39
Depósitos no Banco Central	5	-	Depósitos a Prazo	2.920	5.762
Correspondentes no país	1.128	1.086	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	74.476	93.191
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	266.263	224.086	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	44	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	259.778	277.381	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	74.432	93.190
Operações de Crédito	276.825	305.575	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.955	1.222
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(17.047)	(28.194)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.955	1.222
OUTROS CRÉDITOS	20.418	17.694	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	6.189	5.660
Créditos por Avals e Fianças Honradas	102	497	Empréstimos País - Outras Instituições	6.189	5.660
Rendas a Receber	1.495	1.492	OUTRAS OBRIGAÇÕES	36.133	31.181
Diversos (NOTA 07)	19.119	16.361	Cobrança e Arrecadação de Tributos	210	62
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(298)	(656)	Sociais e Estatutárias	6.640	5.361
OUTROS VALORES E BENS	4.591	4.650	Fiscais e Previdenciárias	1.133	1.167
Outros Valores e Bens	4.900	5.065	Diversas (NOTA 14)	28.150	24.591
(Provisão para desvalorização)	(397)	(603)			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	88	188			
NÃO CIRCULANTE	113.528	72.185	NÃO CIRCULANTE	131.978	120.178
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	113.528	72.185	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	131.978	120.178
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.319	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	102.670	109.926
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.319	-	Depósitos a Prazo	102.670	109.926
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	66.251	27.030	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	29.308	10.252
Operações de Crédito	70.248	30.639	Repasse Interfinanceiros	29.308	10.252
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.997)	(3.609)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	347	108			
Diversos	352	109			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5)	(1)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	23.346	23.346	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	258.233	227.447
Outros Investimentos	23.346	23.346	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	110.363	101.972
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	15.389	14.993	De Domiciliados no País	110.439	102.068
Imóveis de Uso	7.377	7.377	(Capital a Realizar)	(76)	(96)
Outras Imobilizações de Uso	18.422	16.001	RESERVAS DE SOBRAS	133.937	107.813
(Depreciação acumulada)	(10.410)	(8.385)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	6.876	6.708	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	13.933	17.662
Outros Ativos Intangíveis	13.426	11.590			
(Amortização acumulada)	(6.550)	(4.882)			
TOTAL DO ATIVO	673.115	604.933	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	673.115	604.933

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	46.099	-	46.099	91.779	-	91.779	107.932	1	107.933
Operações de Crédito	46.081	-	46.081	91.760	-	91.760	107.929	1	107.930
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	18	-	18	18	-	18	3	-	3
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	1	-	1	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(12.572)	(368)	(12.940)	(26.963)	(720)	(27.683)	(46.933)	(734)	(47.667)
Operações de Captação no Mercado	(4.295)	(18)	(4.313)	(10.400)	(32)	(10.432)	(14.227)	(21)	(14.248)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.646)	(350)	(3.996)	(7.902)	(688)	(8.590)	(12.115)	(713)	(12.828)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.631)	-	(4.631)	(8.661)	-	(8.661)	(20.591)	-	(20.591)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	33.527	(368)	33.159	64.816	(720)	64.096	60.999	(733)	60.266
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.855)	2.533	(11.322)	(25.637)	4.938	(20.699)	(19.478)	5.283	(14.195)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.987	6.153	10.140	7.618	11.674	19.292	5.870	9.617	15.487
Rendas de Tarifas Bancárias	4.755	-	4.755	9.583	-	9.583	10.991	1	10.992
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.174)	(1.463)	(16.637)	(29.967)	(2.641)	(32.608)	(28.885)	(1.760)	(30.645)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(12.059)	(1.412)	(13.471)	(24.015)	(2.609)	(26.624)	(23.820)	(1.924)	(25.744)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(56)	(312)	(368)	(127)	(595)	(722)	(74)	(486)	(560)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	14.140	262	14.402	30.868	331	31.199	37.115	801	37.916
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(9.448)	(695)	(10.143)	(19.597)	(1.222)	(20.819)	(20.675)	(966)	(21.641)
RESULTADO OPERACIONAL	19.672	2.165	21.837	39.179	4.218	43.397	41.521	4.550	46.071
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(186)	174	(12)	(212)	202	(10)	224	30	254
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	19.486	2.339	21.825	38.967	4.420	43.387	41.745	4.580	46.325
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	586	586	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	343	343	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	243	243	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	19.486	2.925	22.411	38.967	4.420	43.387	41.745	4.580	46.325
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.420	(4.420)	-	4.580	(4.580)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	19.486	2.925	22.411	43.387	-	43.387	46.325	-	46.325
DESTINAÇÕES	-	-	-	(29.454)	-	(29.454)	(28.663)	-	(28.663)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.398)	-	(10.398)	(9.405)	-	(9.405)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.393)	-	(1.393)	(1.766)	-	(1.766)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(12.539)	-	(12.539)	(15.896)	-	(15.896)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(5.124)	-	(5.124)	(1.596)	-	(1.596)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	13.933	-	13.933	17.662	-	17.662

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	82.437	89.812	16.963	189.212
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	15.601	-	(15.601)	-
Destinações para reservas	-	509	(509)	-
Outras destinações	-	-	(853)	(853)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.908	-	-	2.908
Baixas de capital	(7.972)	-	-	(7.972)
Resultado do período	-	-	46.325	46.325
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.766)	(1.766)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.896	(15.896)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.998	-	(9.405)	(407)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.596	(1.596)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	101.972	107.813	17.662	227.447
Mutações do Período	19.535	18.001	699	38.235
Saldos no início do período em 01/01/2017	101.972	107.813	17.662	227.447
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	8.283	-	(8.283)	-
Destinações para reservas	-	8.461	(8.461)	-
Outras destinações	-	-	(918)	(918)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.703	-	-	1.703
Baixas de capital	(11.532)	-	-	(11.532)
Resultado do período	-	-	43.387	43.387
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.393)	(1.393)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.539	(12.539)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.937	-	(10.398)	(461)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.124	(5.124)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	110.363	133.937	13.933	258.233
Mutações do Período	8.391	26.124	(3.729)	30.786
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	106.220	116.274	20.976	243.470
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	902	-	-	902
Baixas de capital	(6.696)	-	-	(6.696)
Resultado do período	-	-	22.411	22.411
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.393)	(1.393)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.539	(12.539)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.937	-	(10.398)	(461)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.124	(5.124)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	110.363	133.937	13.933	258.233
Mutações do Período	4.143	17.663	(7.043)	14.763

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	22.267	35.674	50.983
Resultado do semestre/exercício	22.411	43.387	46.325
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(144)	(7.713)	4.658
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(635)	(10.759)	1.665
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(218)	(206)	376
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(60)	(354)	410
Depreciação do imobilizado de uso	1.360	2.649	2.325
Amortização do intangível	823	1.667	1.018
Baixas do ativo permanente	235	281	302
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(47)	92	(36)
Destinações ao FATES	(1.393)	(1.393)	(1.766)
Dividendos SicrediPar	(209)	310	364
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(28.227)	22.521	33.522
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.318)	(1.318)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.151	98	3.865
(Aumento) Redução em créditos vinculados	14	(5)	2
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	53	(42)	(235)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(48.650)	(10.860)	57.477
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	1.293	340	(12.424)
(Aumento) em outros créditos	(802)	(2.919)	(254)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	877	264	(1.972)
Aumento em depósitos	6.065	30.841	9.368
Aumento em relações interdependências passivas	99	733	139
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	258	529	(20.454)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(663)	(1.811)	(1.881)
(Redução) Aumento em outras obrigações	7.396	6.671	(109)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.960)	58.195	84.505
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.536)	(3.325)	(3.569)
Aplicações no Intangível	(1.072)	(1.835)	(1.897)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.608)	(5.160)	(5.466)
Integralização de capital	902	1.703	2.908
Baixa de capital	(6.696)	(11.532)	(7.972)
Juros ao capital próprio	(461)	(461)	(407)
Distribuição de Sobras	-	(918)	(853)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.255)	(11.208)	(6.324)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(15.823)	41.827	72.715
Caixa e equivalente de caixa no início do período	289.464	231.814	159.099
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	273.641	273.641	231.814

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/03/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(47.756)	89	(47.667)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.680)	89	(20.591)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.106)	(89)	(14.195)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(24.997)	(747)	(25.744)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(22.299)	658	(21.641)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	7.378	7.728
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	266.263	224.086
Total	273.641	231.814

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.319	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.319	-
Total realizável a longo prazo	1.319	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	179.554	36.944	216.498	208.449
Financiamentos	20.580	3.777	24.357	22.613
Financiamentos rurais e agroindustriais	76.691	29.527	106.218	105.152
Carteira total	276.825	70.248	347.073	336.214

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	102	-	102	497
Devedores por compra de valores e bens	308	350	658	230
Títulos e créditos a receber (i)	13.804	2	13.806	11.274
Total	14.214	352	14.566	12.001

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	3	-	-	-
Nível A	0,50	106.750	130.657	534	653
Nível B	1,00	151.381	134.533	1.752	1.345
Nível C	3,00	67.392	27.863	2.022	836
Nível D	10,00	13.599	16.891	1.360	1.689
Nível E	30,00	6.375	9.315	1.913	2.795
Nível F	50,00	2.828	6.240	1.414	3.120
Nível G	70,00	3.196	2.314	2.237	1.620
Nível H	100,00	10.115	20.402	10.115	20.402
Total (i)		361.639	348.215	21.347	32.460

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			Total da Carteira	2016
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.846	43.854	81.848	28.691	159.239	144.208
Rural	1.941	11.235	63.515	29.527	106.218	105.152
Industrial	227	5.300	4.888	929	11.344	11.717
Comércio	1.268	25.319	21.564	7.915	56.066	54.243
Outros Serviços	235	13.349	11.650	3.538	28.772	32.895
Total	8.517	99.057	183.465	70.600	361.639	348.215

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	24.216	6,70	29.276	8,41
50 devedores seguintes	52.482	14,51	52.108	14,96
100 devedores seguintes	50.290	13,91	44.256	12,71
Demais	234.651	64,89	222.575	63,92
Total	361.639	100	348.215	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	32.460	30.385
Constituição de provisão	8.661	20.591
Movimentação de baixados para prejuízo	(19.774)	(18.516)
Saldo final	21.347	32.460

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 10.210 (2016 - R\$ 6.044), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 21.332 (2016 - R\$ 11.169).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	144	152
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.038	3.272
Devedores por compra de valores e bens	308	122
Devedores por depósitos em garantia	230	101
Impostos e contribuições a compensar	669	510
Títulos e créditos a receber	13.804	11.273
Valores honrados	-	79
Cotas de consórcio	575	468
Operações com cartões	78	54
Pendências a regularizar	49	55
Outros	224	275
Total Circulante	19.119	16.361

Devedores por compra de valores e bens	350	108
Títulos e créditos a receber	2	1
Total realizável a longo prazo	352	109

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	4.900	5.065
Imóveis	3.860	3.719
Veículos e afins	65	986
Máquinas e equipamentos	610	-
Bens em regime especial	365	360
Despesas antecipadas	88	188
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(397)	(603)
Total Circulante	4.591	4.650

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 397 (2016 - R\$ 603) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	11.840	11.840
Sicredi Participações S.A.	11.505	11.505
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	23.346	23.346

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.731.441 ON	3.731.441 ON	1	1	11.840.098	11.840.098
	7.773.938 PN	7.773.938 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,32%	1,32%	0,61%	0,63%	10,08%	10,08%
Capital social	874.847	869.279	164	165	117.452	117.452
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	122.876	122.111
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	654	500
Valor do investimento	11.505	11.505	1	1	11.840	11.840

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	25.799	(10.410)	15.389	14.993
Imobilizações em curso	-	1.240	-	1.240	824
Terrenos	-	1.105	-	1.105	1.105
Edificações	4%	6.272	(1.397)	4.875	5.126
Instalações	10%	4.644	(2.178)	2.466	2.270
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.815	(2.263)	2.552	2.532
Sistema de comunicação	10%	302	(151)	151	142
Sistema de processamento de dados	20%	4.984	(3.319)	1.665	1.629
Sistema de segurança	10%	521	(310)	211	239
Sistema de transporte	20%	1.916	(792)	1.124	1.126
Intangível (i)		13.426	(6.550)	6.876	6.708
Investimentos Confederação		13.426	(6.550)	6.876	6.708
Total		39.225	(16.960)	22.265	21.701

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	161.231	-	-	161.231	120.253
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	39
Depósitos a prazo	1.937	983	102.670	105.590	115.688
Total	163.168	983	102.670	266.821	235.980

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	74.432	93.190
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	74.432	93.190
Total circulante	74.432	93.190
Recursos do Crédito Rural	29.308	10.252
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	29.308	10.252
Total exigível a longo prazo	29.308	10.252

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10,39% a.a. com vencimentos até 26/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	6.189	5.660
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	6.189	5.660
Total circulante	6.189	5.660

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 04/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	1.062	2.969
Obrigações por convênios oficiais	13	18
Provisão para pagamentos a efetuar	7.472	6.868
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	248	156
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.037	1.118
Pendências a regularizar	205	40
Operações com cartões	14.156	11.096
Demais fornecedores	636	611
Credores diversos	2.321	1.715
Total circulante	28.150	24.591

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	95	190	(173)	112
Cível	61	95	(20)	136
Total	156	285	(193)	248

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	112	95
Cível	Provável	136	61
Total		248	156

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 26; R\$ 526 e R\$ 878 (2016 - R\$ 6, R\$ 360 e R\$ 878), respectivamente.

Adicionalmente, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 1264192, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ICMS. O processo encontra-se em fase de impugnação, atingindo o valor de R\$ 823, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	110.363	101.972
Total de associados	49.792	53.641

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 8.391 (2016 – R\$ 19.535), sendo R\$ 18.220 (2016 – R\$ 24.599) via integralização de resultados e R\$ 1.703 (2016 – R\$ 2.908), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 11.532 (2016 – R\$ 7.972).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,11% em Conta Capital, no montante de R\$ 10.398, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena - Sicredi Univales MT/RO, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	43.387	46.325
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(18.223)	(19.457)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	26	-
Provisão PPR	73	1
Receita com atos cooperativos	16.366	17.533
Juros sobre capital próprio	4.367	3.950
Outros	(2.609)	(2.027)
Subtotal	18.223	19.457
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.319	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	266.263	224.086
Outros Créditos - Rendas a receber	1.170	839
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.928	3.334
Despesas antecipadas (Nota 07)	-	14
Investimentos (Nota 09)	23.346	23.346
Intangível (Nota 10)	6.876	6.708
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	-	39
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	103.740	103.442
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.189	5.660
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	14.070	10.666
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	18	3
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.991	3.609
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	26.365	29.151
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	1	3
Operações de Empréstimos e Repasses	8.590	12.828
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.839	1.980
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	13.451	13.534

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	294	0,18%	191
Depósitos a prazo	89	0,08%	1.336
Operações de crédito	1.229	0,35%	1.707

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.400	3.138

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	1.018	1.025
Despesa de aluguéis	2.270	1.934
Despesa de comunicação	1.316	1.187
Despesa de manutenção e conservação	1.980	1.704
Despesa de material	484	557
Despesa processamento dados	465	377
Despesa de promoções e relações públicas	1.932	2.097
Despesa de propaganda e publicidade	302	333
Despesa de seguro	968	607
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.019	2.088
Despesa de serviços de terceiros	1.189	1.006
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.656	1.626
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.084	1.086
Despesa de serviços de transportes	2.040	1.610
Despesa de viagem	851	846
Outras despesas administrativas	7.050	7.661
Total	26.624	25.744

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.727	3.540
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	25.574	27.898
Reversão de provisões operacionais	1.740	3.609
Outras rendas operacionais	2.158	2.869
Total	31.199	37.916

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.860	3.646
Contribuição O.C.E.	121	105
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	819	1.765
Contribuição Confederação Sicredi	7.546	6.723
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.653	1.741
Contribuição Sureg	1	-
Encargos da administração financeira	146	154
Repasse administradora de Cartões	773	909
Depreciação e amortização	1.667	1.028
Outras provisões operacionais	2.441	2.601
Outras despesas operacionais	2.792	2.969
Total	20.819	21.641

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	135.696	90.556
Total	135.696	90.556

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	253.512	224.376
Nível I (NI)	253.512	224.376
Capital principal - CP	253.512	224.376
Capital social	110.363	101.972
Reservas de capital	133.937	107.813
Lucros acumulados	13.933	17.662
Ajustes Prudenciais	(4.721)	(3.071)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	599.442	511.409
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	237	214
Margem de Capital (i)	190.333	173.660
Índice de Basileia (PR / RWA)	42,29%	43,87%
Situação de Imobilização (Imob)	17.544	18.631
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,92%	8,30%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Edson Elvio Arrial
Diretor Executivo
CPF: 486.705.610-34

Vilma Aparecida Dos Santos Ribeiro
Diretora de Operações
CPF: 390.248.731-34

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20